

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

Nº.9 outubro/16



ESPAÇO ASSOCIADO
**Folcore relembra
Doze Ribeiras
doutros tempos**

PÁGINA 3



PROJETOS EXEMPLARES
**Assistir os
animais em
ambiente natural**

PÁGINA 4

PÁGINA 5

LÁZARO SILVA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES GRACIOSENSSES

DLBC COSTEIRO VAI TRAZER OPORTUNIDADES À TERCEIRA E À GRACIOSA



FOTOGRAFIA LUÍS GODINHO



PRORURAL+



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



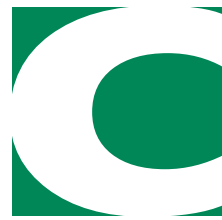
Parceria GRATER Mar está constituída

No passado dia 23 de agosto, por iniciativa conjunta da GRATER, Associação de Desenvolvimento Regional, da Associação Terceirense de Armadores e da Associação de Pescadores Graciosenses, foi constituída a GRATER Mar, uma parceria que reúne trinta entidades das ilhas Graciosa e Terceira em torno de um projeto que visa promover o desenvolvimento das atividades piscatórias e costeiras no nosso território de intervenção.

Depois da apresentação da candidatura de qualificação desta parceria que ocorreu no passado dia 25 de agosto aguardamos com expectativa o desenvolvimento do processo para iniciarmos a implementação do DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) costeiro, projeto que contamos que venha potenciar o empreendedorismo na área da economia do mar e a criação de novos postos de trabalho, nomeadamente através da diversificação de atividades promovidas pelos pescadores.

Nesta edição do “Olhar o Mundo Rural” terá, assim, a oportunidade de conhecer melhor a parceria GRATER Mar e de testemunhar as mais valias que o presidente da Associação de Pescadores Graciosenses espera alcançar com a implementação do DLBC costeiro no nosso território de intervenção.

Na presente publicação, no espaço associado, também pode conhecer uma das mais conceituadas agremiações culturais da ilha Terceira. O Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, que conta já com 43 anos de existência, tem sido fundamental para recuperar o cancionero tradicional da ilha Terceira e continua a reunir a capacidade de mobilizar imensa gente em torno do seu projeto. É um bom exemplo de uma entidade que se assume como guardiã das nossas modas e tradições. Ainda nesta edição pode conhecer dois importantes projetos apoiados pela GRATER no âmbito do programa PRORURAL. Um que permitiu à Junta de Freguesia do Cabo da Praia reabilitar a sua zona de lazer e o seu parque infantil e que criou condições para a reconstituição dos seus poços de marés. E outro que deu a oportunidade ao Veterinário Leandro Pires de criar um importante serviço de assistência veterinária em ambulatório, com uma viatura equipada para prestar serviços fora do consultório.



Curiosidades... ...do mundo rural

Licores de tudo

O tempo é bom para começar a pensar nos licores que aquecem as noites frias do outono e do inverno. Depois das vindimas, do pisar das uvas, da aguardente feita, é fácil transitar para os licores caseiros que fazem as mesas do “Menino Mija”. Nos licores vale tudo: frutas, especiarias, leite, chocolate, mel... A graça estará em combinar sabores e cores.



Receita de licor de tangerina

1 litro de álcool
10 tangerinas
950 gramas de xarope de açúcar
1 pau de canela
Filtros de papel

Preparação:

Espremer seis tangerinas e cortar as outras quatro em pedaços. Juntar as cascas das seis tangerinas espremidas, as quatro tangerinas aos bocados e o sumo ao álcool. Colocar o pau de canela dentro deste preparado.

É preciso deixar repousar durante 30 dias. Depois desse período deve juntar-se o xarope de açúcar.

O licor deve repousar novamente por 20 dias, filtrando-se, depois, para as garrafas pretendidas, utilizando os filtros de papel.

Receita de licor de leite

7,5 dl de leite
1 litro de água
7,5 dl de álcool a 90º
1 kg de açúcar
2 limões
1 pau de canela

Misturar os 7,5 dl de leite fervido, frio, com 1 litro de água, 7,5 dl de álcool a 90º, um quilo de açúcar, as cascas dos dois limões e o pau de canela. Deixar de infusão repousar por quatro a cinco dias, agitando de vez em quando. Depois, é preciso filtrar – utilizando o filtro de papel – o líquido para dentro da garrafa onde vai ficar guardado. O remanescente pode ser utilizado na confeção de um bolo.

Grupo Folclórico das Doze Ribeiras

Há 43 anos a lembrar modas e tradições

O segredo está no amor à terra, às raízes, à história. É esse sentimento, sublinha Cláudia Reis, presidente da direção do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, que tem garantido a continuidade do grupo, que é um dos mais antigos da Terceira e um dos que mais se têm esforçado por recuperar o cancionero tradicional da ilha.

Fundado a 23 de abril de 1973, o Grupo Folclórico das Doze Ribeiras foi, durante muito tempo, o único grupo rural da ilha. Mais importante do que isso: o Grupo Folclórico das Doze Ribeiras foi o primeiro a utilizar trajes típicos, confeccionados em lã ou em linho.

A dinâmica e a visão do organismo, que conta hoje com 35 membros, são atribuídas sempre à mesma personalidade: o padre João de Brito, um dos seus fundadores que é, hoje ainda, diretor artístico do grupo. Cláudia Reis descreve-o como sendo um dos pilares do agrupamento que mantém vivo o folclore naquela freguesia a oeste da ilha.

É a João de Brito, por exemplo, que se deve o trabalho profundo de recuperação das canções que preenchiam os dias dos antigos. “Há um grande trabalho de casa do padre João de Brito. Ele ainda tem vivência dos tempos que tentamos recriar e há outras pessoas no grupo que também se lembram de algumas coisas, que eram crianças nessa altura. Depois há muita pesquisa na bibliografia disponível”, sustenta a responsável.

Às canções estão associadas não só as danças, mas também os momentos em que eram executadas. A investigação, portanto, tem de ser bastante mais profunda, tem de embrenhar-se nas recordações, até daquelas que já quase ninguém parece lembrar-se.

É um conhecimento que não fica dentro de portas. O Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, cujo membro mais novo tem 15 anos, orgulha-se não só de passar essa ciência ao público, mas também de o envolver nos quadros que recria.

“Nós depois levamos isso tudo para a rua, levamos as recriações das atividades da nossa fregue-



sia, que é uma freguesia pequena e rural. Por exemplo, nos cortejos mostramos uma das coisas que era preciso fazer e que se calhar já ninguém se lembra: extrair pedra para a construção. Nós mostramos esse tipo de coisas às pessoas. E os turistas também gostam, sim. Cada vez mais os turistas vêm por outras coisas que não apenas a natureza”, referiu.

A verdade é que as oportunidades de mostrar o trabalho desenvolvido parecem escassear. Se não fosse o trabalho desenvolvido pela autarquia de Angra do Heroísmo, diz Cláudia Reis, seriam muito poucos os palcos disponíveis para receber folclore.

Felizmente, há atuações no Teatro Angrense, nas freguesias, no Angra em Festa. E são apresentações cheias de gente, jovens até. Até agora, aliás, o Grupo de Folclore das Doze Ribeiras não tem tido problemas em cativar os mais

novos a integrar o organismo. Há uma explicação. “É uma questão cultural. As Doze Ribeiras são uma freguesia pequena, com uma comunidade rural, onde as pessoas se envolvem em todas as instituições e os jovens acabam por ir, até porque também têm lá a família e os amigos”, disse. Era o que acontecia, também, com a escola de violas do grupo. A escola foi, entretanto, desativada, mas deixou marcas. Foi ali que se formaram alguns dos melhores tocadores da ilha, tocadores que depois deram formação e que acabaram por ir para outros grupos de folclore.

Foi um projeto que ficou para trás, mas o Grupo das Doze Ribeiras orgulha-se de ter trazido outros tantos à luz do dia. Em 1975, por exemplo, realizou a sua primeira viagem, com destino a São Miguel, tendo participado na inauguração das emissões da RTP/Açores. O grupo das Doze Ribeiras efe-



É provavelmente um dos grupos mais conhecidos na Terceira ou, pelo menos, um dos que ostentam uma das histórias mais ricas do folclore terceirense. O Grupo Folclórico das Doze Ribeiras completou, em abril, 43 anos e promete continuar a somar reconhecimentos.

tuou, depois, deslocações a todas as ilhas dos Açores, à Madeira, ao Algarve, ao Estoril, a Gulpilhares, a Vila Nova de Gaia, a Espinho, a Louzada, a Gondomar, ao Porto, a França, ao Brasil, aos Estados Unidos da América e à Suíça. Entretanto, em 2006, Marta Dias Barcelos publicou o livro “Grupo Folclórico das Doze Ribeiras Ilha Terceira-Açores”. Nos seus 43 anos de atividade, os músicos gravaram ainda três LP’s e cassetes, em conjunto, nomeadamente, com os ranchos participantes no Festival Mundial de Gannat em 1981; destes foram gravadas também as respetivas cassetes. Em 2012 gravou novo CD, com 21 modas, lançado a dois de março de 2013, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo. Neste momento, avançou Cláudia Reis, o Grupo de Folclore das Doze Ribeiras está focado na reconstituição de modas antigas, porque é preciso apresentar sempre mais e enriquecer o cancionero. “Daqui a 20 anos, é este trabalho que estamos a fazer agora que vai ficar”, disse.

Mas há um projeto que o grupo quer desenvolver: a reconstrução do moinho de vento. É esse o novo desafio dos músicos e bailarinos das Doze Ribeiras que, depois de terem posto de pé a Casa Etnográfica Padre João de Brito Meneses – onde todas as sextas-feiras cozem pão e bolachas – querem, agora, ver o moinho a trabalhar.

Zona de lazer e poços de marés agitam Cabo da Praia

Nas freguesias, o trabalho não se esgota. Segundo Mónica Brum, presidente da Junta do Cabo da Praia, há sempre qualquer coisa a fazer, mesmo nos lugares mais remotos e mais pequenos, mesmo quando tudo parece terminado. É preciso estar atento às necessidades da população.

Dois dos últimos investimentos daquela autarquia local passaram pela adaptação da zona de lazer do Cabo da Praia e pela reconstituição dos poços de marés. Dois investimentos que trazem melhores condições aos moradores da freguesia, mas não só. Na verdade, às vezes parece que ambas as respostas são mais utilizadas por quem vem de fora.

No caso da zona de lazer e do parque infantil, essa afirmação é óbvia. Mónica Brum percebe porque. “Os baloiços que tínhamos estavam degradados e as crianças deixaram de ter um espaço onde brincar. Por isso, decidiu-se melhorar aquele espaço, também com mesas de piquenique, uma casinha, grelhadores... Muita gente passa ali o dia, fazem-se muitos aniversários, levam-se as crianças porque o espaço é todo vedado e é seguro. As pessoas de fora da freguesia vêm mais do que as da freguesia. É normal: quando vamos dar um passeio queremos ir sempre para mais longe. Mas



assim é bom, dá movimento”, avançou.

O mesmo, aliás, acontece com os poços de marés, isto é, com os poços onde é possível ir buscar água fresca, proveniente de uma nascente natural. A Junta de Freguesia do Cabo da Praia decidiu, ali, recuperar cantarias e a água gratuita serve toda a gente, sobretudo os lavradores.

Foi com um projeto submetido à GRATER que a Junta de Freguesia do Cabo da Praia concretizou ambos os investimentos. Uma ajuda preciosa, entende Mónica Brum. “Neste momento não há dinheiro, andamos todos aflitos. Mas

precisamos de mostrar obra e se não for com estes apoios torna-se muito mais complicado”, sustentou.

O Cabo da Praia, aliás, vai continuar a candidatar projetos aos instrumentos de política de desenvolvimento rural e local geridos pela GRATER. Desta vez, pretende-se recuperar a Casa do Camponês, uma propriedade da Junta de Freguesia que está abandonada. O objetivo é criar uma quinta e um museu. São, no fundo, sublinha Mónica Brum, intervenções de grande importância – haja como levá-las até ao fim.

Leandro Pires faz o horário de um lavrador: levanta-se cedo, de madrugada, e acaba a jornada já tarde. É nesse período, sublinha, que os donos dos animais lhes detetam os problemas de saúde e é nesse período que é preciso agir. Claro que há emergências: às vezes, tem de ajudar bezerros que nascem “fora de horas” ou tem de acudir bichos em sofrimento... A vida de um veterinário não tem horário certo.

Há três anos, com o apoio da GRATER, fez um investimento que lhe facilitou as tarefas que tem de cumprir, sobretudo no campo. Nessa altura, criou o serviço de assistência veterinária em ambulatório, com uma viatura equipada para prestar serviços fora do consultório.

Antes de avançar com esse projeto, trabalhava

Veterinário de consultório às costas

sozinho, com instrumentos que considera mais rudimentares, embora fizesse – como continua a fazer, aliás – o acompanhamento clínico de grandes animais de reprodução. Tinha a seu cargo cerca de dez explorações; hoje, tem 30, e segue cerca de 2000 animais. A box que adquiriu, sublinha, acabou por trazer-lhe mais clientes e uma maior faturação.

Leandro Pires, que desenvolve a sua atividade sobretudo em Angra do Heroísmo, no interior da ilha, leva consigo tudo aquilo que necessi-



ta não só para fazer diagnósticos, mas também para avançar com cirurgias. Tem um estojo, eletricidade, água quente e fria, tudo o que precisa para ajudar os bichos que carecem de ajuda. Ainda assim, a sua atividade passa, principalmente, pelo controlo reprodutivo das vacas de leite, um trabalho constante e que não pode ser descurado. Há que estar atento aos sinais de doença, àquilo que possa não estar tão bem, para que a saúde das vacas e a qualidade do leite não sejam comprometidas.

Apesar de acompanhar, maioritariamente, animais de grande porte, o veterinário vai avançar com a abertura de um espaço físico, na Casa do Povo da Ribeirinha, onde servirá não só o back-office, mas onde também será possível, durante três dias por semana, atender as queixas de animais de menor porte. O tempo de que dispõe não é muito, mas o novo desafio a que se propõe deverá avançar até ao final do ano.



Lázaro Silva, presidente da Associação de Pescadores Graciosenses

“Há muito que as pescas esperavam o DLBC costeiro”

Lázaro Silva, presidente da Associação de Pescadores Graciosenses, elogia as potencialidades da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária orientada para as questões do mar. Na Europa, sublinha o responsável, o instrumento em causa permitiu apoiar 10 mil projetos e criar 20 mil postos de trabalho. A Terceira e a Graciosa, refere, bem precisam dessa ajuda.



A Associação de Pescadores Graciosenses uniu-se à GRATER e à Associação Terceirense de Armadores para avançar com uma candidatura de qualificação de parceria para a implementação da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) costeiro. Qual é, na sua opinião, a importância desta candidatura?

Durante mais de um ano, as associações da pesca, representadas pela Federação das Pescas dos Açores, estudaram a melhor forma de implementar na Região o conceito DLBC, que se consubstancia nos Grupos de Ação Local (no caso: GAL-Pesca). Entre vários desenhos analisados pensámos neste figurino. Na verdade, pretendemos, com esta parceria (que inclui um GAL-Rural), acelerar o processo, bebendo da experiência, com mais de 20 anos, da GRATER com a iniciativa LEADER. Para além disso, dá-nos algum conforto em termos jurídicos, técnicos e financeiros. Isto na certeza de que são as pescas e as suas instituições que decidem o futuro do seu território.

E que vantagens pode trazer o DLBC costeiro ao setor das pescas nas ilhas Terceira e Graciosa?

Muitas! As zonas de pesca por toda a União Europeia, e os Açores não são exceção, enfrentam atualmente complexos e variados desafios. As alterações climáticas, a poluição, a pressão antrópica na orla costeira são alguns exemplos, mas, por certo o mais preocupante, é a falta de recursos e a sobrepesca. A quebra contínua dos rendimentos e do emprego na comunidade piscatória acentuou a necessidade de respostas criativas e sustentáveis. O Desenvolvimento Local de Base Comunitária é uma ferramenta que permite às comunidades piscatórias abordar estes desafios, propondo e testando novas soluções. São as comunidades piscatórias e as instituições da pesca que passam a determinar o modelo de desenvolvimento que pretendem para o seu território e os projetos a implementar. É, na realidade, uma estratégia ascendente de governança.

Há muito potencial de investimento nesta área? Tem conhecimento de boas ideias e de bons projetos neste setor, sobretudo privados, que estejam à espera de financiamento?

Sim, este conceito há muito se aguardava na pesca. Foi um erro ter vindo tão tarde. No último quadro comunitário de apoio à pesca, em toda a Europa, segundo a FARNET, esta medida

apoiou cerca de 10.000 projetos e criou mais de 20.000 postos de trabalho. Refira-se a possibilidade de convergência entre a Política Comum de Pescas e a Política Marítima Integrada e todo o potencial que pode trazer à pesca. O turismo, a formação profissional, a restauração, a biotecnologia, a aquicultura, a reorientação de ativos ou a valorização dos produtos da pesca são apenas alguns exemplos... Queira a pesca saber aproveitar.

Tem vindo a alertar para os problemas que a pesca enfrenta na Graciosa. Que leitura faz do momento atual do setor?

A leitura que a Associação dos Pescadores Graciosenses faz sobre o momento atual do setor da pesca na ilha Graciosa é reflexo do que se está a passar no geral em toda a Região. A Graciosa é uma ilha que está a ser gravemente atingida com o corte da quota da espécie goraz, uma vez que mais de 80% dos rendimentos dos nossos pescadores são provenientes da captura desta espécie. Também é digno de registar que a nossa associação, para colmatar alguns dos problemas, tem apostado fortemente na valorização do pescado, na promoção da apanha de algas, atividade passível de criar rendimento complementar à pesca, na Graciosa e noutras ilhas do arquipélago. Registe-se que a Associação dos Pescadores Graciosenses apostou também no setor da apanha de algas nas ilhas Terceira e São Miguel.

Prevê-se que em termos de proveitos e de safra este seja um dos piores anos de sempre das pescas nos Açores. Concorda?

O corrente ano é já considerado, sem dúvida,

o pior ano do setor da pesca, tendo em conta algumas condicionantes, tais como o corte da quota do goraz imposto por Bruxelas e a falta de atum. Tivemos a pior safra de atum de sempre, o que obrigou a que muitos dos pescadores locais optassem por pescas alternativas. Pela positiva, e para tentar dirimir alguns destes problemas, tivemos uma subida nos preços médios do pescado regional. Como já foi referido, e como forma de atenuar determinados problemas, já anteriormente referidos, a Associação dos Pescadores Graciosenses tem optado pela valorização do nosso pescado e pela promoção e incentivo da apanha de algas.

A Associação de Pescadores Graciosenses tem, ela própria, alguns planos em mãos. Um deles passava pela exportação de peixe seco. Em que ponto está esse processo?

A Associação dos Pescadores Graciosenses tem-se esforçado e tentado adaptar-se aos novos desafios, dando primazia à valorização do pescado, à transformação em salmoura, atividade com que temos tido sucesso, nomeadamente ao nível de ilha. É importante referir que o nosso peixe seco tem sido elogiado, apreciado e comprado por muitos dos turistas e emigrantes que nos visitam, sobretudo na época alta. Continuamos à procura de novos mercados para o escoamento do peixe seco, que tem sido uma mais-valia para a economia local e uma forma de escoamento do nosso pescado com valor acrescentado. Brevemente a nossa associação irá participar numa feira no continente português, de forma a dar a conhecer o nosso “bacalhau regional”, ou seja, o peixe seco produzido na Graciosa.

Que outros projetos pretende a associação pôr em marcha?

Em relação aos outros projetos que pretendemos por em prática, temos o objetivo de abrir uma terceira peixaria em Lisboa, isto com o intuito de promover um maior escoamento do nosso pescado, bem como valorizar o nosso peixe seco, procurando novos mercados, permitindo o aumento substancial de consumidores. Para além do projeto mencionado, pretendemos juntar-nos a uma empresa de turismo para fazer uma maior divulgação dos nossos produtos bem como dar a conhecer não só à nossa Região, mas também ao restante território nacional, a importância do nosso trabalho. Futuramente iremos produzir novos projetos. A biotecnologia é uma opção, mas ainda é cedo para divulgar.



GRATER Mar avança com candidatura para gestão do DLBC Costeiro



A GRATER, Associação de Desenvolvimento Regional, a Associação Terceirense de Armadores e a Associação de Pescadores Graciosenses constituíram, a 23 de agosto, a GRATER Mar. As instituições apresentaram, no dia 25, uma candidatura de qualificação que, a ser aprovada, deverá permitir-lhes gerir projetos de desenvolvimento das atividades das comunidades piscatórias e costeiras na Terceira e na Graciosa.

A GRATER Mar pretende, desta forma, implementar o DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) costeiro, apoiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que visa, essencialmente, promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focando-se no empreendedorismo e na criação de novos postos de trabalho.

“O Governo Regional decidiu que iria aproveitar esta abordagem costeira, do desenvolvimento sustentado, DLBC costeiro, um pouco também porque a GRATER, há mais ou menos dois anos e meio, tem vindo a alertar para as oportunidades que podem surgir neste setor. A GRATER tem muita experiência ao nível da gestão, como órgão intermédio da abordagem LEADER ao nível da agricultura, e achou, também, que haveria essas oportunidades ao nível da pesca, não só da diversificação das atividades, como também de aumento do rendimento para os pescadores”, disse Carla Bretão, membro do conselho de administração da GRATER, na apresentação do projeto.

O documento com a macro estratégia para o setor foi aprovado, pela GRATER Mar e pelas entida-

des parceiras.

Entre os desafios acordados contam-se, por exemplo, a capacitação da iniciativa empresarial, com incorporação de vetores de inovação no desenvolvimento de atividades económicas ligadas ao mar; qualificação escolar profissional dos ativos que realizam atividades ligadas ao mar; diversificação das atividades em ambiente marítimo; e reforço da competitividade da pesca no apoio à criação, recuperação e modernização de equipamentos e infraestruturas existentes.

São trinta as entidades da Terceira e da Graciosa incluídas na parceria GRATER Mar.

Trata-se de autarquias, Juntas de Freguesia, empresas e associações que, sublinhou Carla Bretão, defendem a necessidade de um desenvolvimento sustentável das

zonas de pesca e da aquicultura, bem como da necessidade de promover a criação de emprego e a diversificação das atividades económicas ligadas ao mar.

Na prática, fazem parte da parceria os três municípios da área de intervenção da GRATER (Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa); quatro Juntas de Freguesia identificadas pelo Governo Regional como sendo freguesias âncora; cinco associações e cooperativas do setor da pesca; a lota dos Açores; a Associação de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, organismo que tem atividade, também, na Graciosa e em São Jorge; uma associação de desenvolvimento local; nove empresas ligadas ao setor da pesca; cinco associações relacionadas com as atividades do mar; e uma associação de defesa do ambiente.



Federação Minha Terra discute agricultura regional

A Federação Minha Terra marcou presença no seminário “Novas Dinâmicas Empresariais na Agricultura Regional – Oportunidades e Desafios”, que decorreu no passado dia 29 de setembro, em Castelo Branco, e que contou com a organização da Associação Empresarial da Beira Baixa, que decorreu no dia 29 de setembro. Carmo Ambrósio, vice-presidente da Federação Minha Terra, integrou o painel da mesa redonda dedicada aos “Desafios e oportunidades na nova agricultura”, tendo dado conta dos apoios geridos pelos Gabinetes de Ação Local, com vista ao desenvolvimento dos territórios rurais.

“O(s) fogo(s) e as populações rurais” debatidos à mesa em Coimbra

No passado dia 15 de setembro, a Federação Minha Terra reuniu mais de 60 pessoas no Centro Cultural Casa da Pedra, da Universidade de Coimbra, num jantar conferência que pretendeu abordar a temática “O(s) fogo(s) e as populações rurais”.

No rescaldo dos incêndios que assolaram o território nacional, a Federação Minha Terra decidiu, com a realização da conferência, promover uma reflexão com o intuito de alimentar a participação das Associações de Desenvolvimento Local nas soluções a construir, envolvendo as comunidades rurais na prevenção e no combate aos incêndios. A temática diretores e coordenadores de 29 associações do continente e das ilhas.

O secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Amândio Torres, participou no encontro. Depois de uma primeira caracterização da realidade nacional, o responsável deu a conhecer o Plano de Defesa da Floresta contra os incêndios, tendo destacado, de entre os cinco eixos estratégicos, a “Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios”, que deveria ser dirigida para os domínios de atuação na 1ª intervenção, bem como o ataque ampliado debaixo de um comando único.

Amândio Torres referiu-se, igualmente, ao Fundo Florestal Permanente (FFP), que, desde a sua criação, já atribuiu cerca de €12,9 milhões às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Além disso, o secretário de Estado das Florestas e



do Desenvolvimento Rural frisou aquilo que considera ser o caráter fundamental da informação geográfica perimetral da propriedade rústica, da geração e retenção de mais rendimentos no setor primário e da cadeia de exportação de valor como caminhos para um território onde proprietários e propriedades continuam desconectados.

Finalmente, o secretário de Estado defendeu que o caminho para diminuir os impactos e consequências dos incêndios rurais passa pelas pessoas, pela criação de riqueza e pela negação do abandono, e, por conseguinte, pelo desenvolvimento local e regional.

No dia seguinte, também em Coimbra, nas instalações da Esco-

la Superior Agrária de Coimbra, a Federação Minha Terra promoveu uma reunião entre coordenadores e diretores das suas associadas para fazer o ponto de situação nacional sobre o instrumento DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, a que se seguiu uma Assembleia Geral Extraordinária da Federação.

Parlamento Europeu defende cadeias curtas de abastecimento



O Parlamento Europeu tem manifestado o seu apoio ao desenvolvimento de cadeias curtas de abastecimento alimentar e de mercados locais, como forma de assegurar um preço justo para os produtores e relacionar os produtos alimentares com o seu local de origem. Foi publicado, recentemente, o documento “Cadeias curtas de abastecimento alimentar e sistemas alimentares locais na UE”, que pode ser consultado no endereço [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/586650/EPRS_BRI\(2016\)586650_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/586650/EPRS_BRI(2016)586650_EN.pdf).

Nova Declaração Cork chega ao Comissário da Agricultura

O Comissário europeu responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, acolheu com agrado a declaração “Uma vida melhor na Europa rural” que lhe foi apresentada pelos participantes da Conferência Cork 2.0. Esta declaração surge 20 anos após a Declaração de Cork de 1996 ori-

ginal que estabeleceu a base para a política de desenvolvimento rural da União Europeia. Os seus 10 pontos defendem o investimento no potencial das zonas rurais, não apenas em termos de emprego e crescimento mas também em termos de melhor integração noutras políticas.



» Estão neste momento a decorrer as candidaturas para projetos de investimento relacionados com a Medida 19 – Apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) LEADER, submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, Intervenção 6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014 – 2020 (PRORURAL +). O aviso está publicado no portal do PRORURAL + (<http://proruralmais.azores.gov.pt>) e em www.grater.pt.

» Abriram em outubro as candidaturas à medida “Transferência de conhecimentos e ações informação”, nas submedidas “Formação profissional e aquisição de competências”, “Atividades de demonstração e ações de informação” e “Intercâmbios de curta duração no domínio da gestão agrícola e florestal, visitas a explorações agrícolas e florestais”. Na medida “Agroambiente e clima” estão abertas as candidaturas à submedida “Apoio à conservação e à utilização e desenvolvimento sustentáveis de recursos genéticos na agricultura”.

» Abrem, a dois de novembro, na medida “Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas”, as candidaturas às submedidas “Florestação de zonas arborizadas” e Criação e Manutenção de sistemas agroflorestais”.